

No. 47297

—
**Brazil
and
Mozambique**

Cooperation Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Mozambique in the fight against production, consumption and illicit trafficking of narcotic drugs and psychotropic substances as well as against the activities of money laundering and other related fraudulent acts. Brasilia, 31 August 2004

Entry into force: *26 September 2008 by notification, in accordance with article 11*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 23 March 2010*

—
**Brésil
et
Mozambique**

Accord de coopération entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Mozambique dans la lutte contre la production, la consommation et le trafic illicites des stupéfiants et des substances psychotropes ainsi que contre les activités de blanchiment de l'argent et autres crimes connexes. Brasilia, 31 août 2004

Entrée en vigueur : *26 septembre 2008 par notification, conformément à l'article 11*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 23 mars 2010*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE SOBRE O COMBATE À PRODUÇÃO, AO CONSUMO E AO TRÁFICO ILÍCITOS DE ENTORPECENTES, SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS E SOBRE O COMBATE ÀS ATIVIDADES DE LAVAGEM DE ATIVOS E OUTRAS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS FRAUDULENTAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Moçambique
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Cientes do fato de que a produção, o consumo e o tráfico ilícitos de drogas constituem uma séria ameaça às estruturas políticas, econômicas e sociais dos Estados bem como à saúde e à tranquilidade públicas;

Tendo em conta o papel que o uso indevido de drogas desempenha como uma das principais fontes de recursos financeiros do crime organizado;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional na luta contra o uso indevido e o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas que causam dependência física ou psíquica;

Considerando a determinação das Partes Contratantes em coibir o tráfico de drogas e delitos conexos, inclusive a “lavagem” ou ocultação de bens, direitos ou valores provenientes do crime e em negar a organizações e indivíduos criminosos o acesso aos sistemas financeiros nacionais;

No espírito das Convenções das Nações Unidas sobre o combate às drogas designadamente a Convenção Única sobre Entorpecentes de 1961 e o seu Protocolo Adicional de 1972, a Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas de 1971 e a Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1988 bem como outros instrumentos jurídicos internacionais sobre a matéria;

Inspirados pelas decisões e recomendações emanadas da Assembleia Geral das Nações Unidas em sua Sessão Especial sobre o problema das drogas realizada em 1998, especialmente os princípios acordados durante a referida sessão de entre os quais está a responsabilidade compartilhada entre todos os países na busca de soluções para o problema das drogas ilícitas,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

Propósitos e Definição

1. Sem prejuízo das leis e dos regulamentos em vigor nos respectivos países bem como dos direitos e das obrigações decorrentes das convenções bilaterais e multilaterais assinadas pelas Partes Contratantes, ou às quais as mesmas tenham aderido, as Partes Contratantes propõem-se a intensificar a cooperação tanto no combate à produção, ao tráfico e ao uso indevido de substâncias psicotrópicas ou drogas ilícitas que causam dependência física ou psíquica, quanto ao combate as atividades internacionais de lavagem de dinheiro e transações financeiras afins.
2. Por “entorpecentes” entende-se “estupefacientes”.
3. Por “lavagem de ativos” entende-se “branqueamento de capitais”.

ARTIGO 2

Princípios

As Partes Contratantes cumprirão as obrigações do presente Acordo respeitando os princípios da não-intervenção em assuntos internos, da igualdade jurídica e do respeito pela integridade territorial dos Estados.

ARTIGO 3

Âmbito da Cooperação

1. A assistência deve incluir qualquer forma não proibida pelas leis do Estado requerido, inclusive a tomada de depoimentos, fornecimento de documentos, apreensão de bens, localização ou identificação de pessoas físicas ou jurídicas ou bens.
2. A transferência de pessoas sob custódia para procedimentos criminais no âmbito da execução do presente Acordo será feita com base em acordos específicos sobre a matéria.

3. A fim de alcançar os objetivos previstos no Artigo 1 do presente Acordo, as autoridades designadas pelas Partes Contratantes participarão das seguintes atividades:

- a) intercâmbio de inteligência sobre a identificação de locais de cultivo e processamento de drogas; regulamentação e monitoramento da produção, importação, exportação, armazenamento, distribuição e venda de precursores, produtos químicos e solventes essenciais que possam ser empregados na produção ilícita de drogas;
- b) intercâmbio de informações policiais e judiciais sobre produtos e traficantes de drogas ilícitas;
- c) intercâmbio de informações sobre novas rotas, métodos e meios empregados por traficantes de drogas, organizações e indivíduos envolvidos no tráfico de drogas e delitos conexos;
- d) intercâmbio de informações sobre sentenças judiciais proferidas contra traficantes de drogas, organizações e indivíduos envolvidos no tráfico de drogas e delitos conexos;
- e) fornecimento, mediante solicitação de uma das Partes Contratantes, de antecedentes criminais de traficantes de drogas e organizações de indivíduos envolvidos no tráfico de drogas e delitos conexos;
- f) intercâmbio de informações sobre as respectivas legislações, programas e experiências na área de combate à droga;
- g) elaboração de projetos conjuntos, especialmente nas áreas de pesquisa científica e intercâmbio tecnológico com vista ao combate coordenado do tráfico ilícito e do abuso de substâncias ou drogas ilícitas que causam dependência física ou psíquica, o desvio e emprego de precursores químicos, o tratamento, recuperação e reinserção social de usuários de drogas e dependentes químicos;
- h) cooperação na implementação de políticas e medidas que reduzam a demanda de drogas por meio de atividades de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de usuários de drogas e dependentes químicos;
- i) cooperação na elaboração e implementação de programas públicos educativos adequados que visem aumentar a consciencialização pública da responsabilidade compartilhada de todos os segmentos do governo e da sociedade civil, em todos os níveis, no que se refere aos esforços para combater o abuso de drogas.

ARTIGO 4

Intercâmbio de Especialistas

1. Para fins de implementação dos objetivos do presente Acordo, qualquer das Partes Contratantes pode propor o intercâmbio de especialistas e estagiários com o propósito de permitir que haja aprendizagem mútua e com vistas a incrementar a capacidade para combater os crimes financeiros, a produção e o tráfico ilícitos de drogas que causem dependência física ou psíquica bem como o desvio e o emprego ilícitos de precursores químicos.
2. As Partes Contratantes podem promover a realização de palestras ou conferências conjuntas com vista a intensificar a cooperação e troca de experiências e idéias.
3. As Partes Contratantes podem optar por cooperar de outras formas que julgarem apropriadas.

ARTIGO 5

Cooperação Jurídica Mútua

As Partes Contratantes comprometem-se a prestar cooperação jurídica mútua em matéria penal de conformidade com a respectiva legislação interna e de acordo com os instrumentos jurídicos internacionais de que são parte.

ARTIGO 6

Confisco de Bens

1. As Partes Contratantes podem adotar as medidas que forem necessárias para identificar, congelar ou confiscar ativos oriundos do tráfico de drogas e delitos conexos bem como da lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros afins.
2. O destino dos bens referidos no n. 1 do presente Artigo será determinado nos termos da legislação do país de apreensão.

ARTIGO 7

Sigilo

Nenhuma das Partes Contratantes pode transferir a terceiros quaisquer informações, dados, documentos ou meios técnicos recebidos em conformidade com o presente Acordo sem o consentimento prévio, por escrito, da Parte Contratante que os ofereceu.

ARTIGO 8

Acompanhamento do Acordo

Com vista à consecução dos objetivos do presente Acordo, os representantes de ambas as Partes Contratantes deverão reunir-se pelo menos uma vez por ano, alternadamente no território de cada uma das Partes, mediante solicitação, por via diplomática para:

- a) recomendar aos Governos programas de ação conjunta a serem elaborados pelos órgãos competentes de cada país em conformidade com o presente Acordo;
- b) avaliar o cumprimento dos referidos programas de ação;
- c) estabelecer canais eficientes de comunicação entre os órgãos competentes de ambos os países responsáveis pelo combate à produção, ao tráfico e ao uso indevido de drogas ilícitas que causam dependência física ou psíquica;
- d) fazer as recomendações que julgarem pertinentes para a melhor aplicação do presente Acordo.

ARTIGO 9

Autoridades Competentes

As Partes Contratantes designam os seus respectivos Ministros das Relações Exteriores para coordenarem as atividades previstas no presente Acordo a serem executadas pelos órgãos governamentais de ambos os países.

ARTIGO 10

Resolução de Litígios

Os litígios que resultarem da interpretação e aplicação do presente Acordo serão resolvidos por via amigável ou negocial.

ARTIGO 11

Disposições Finais


1. As despesas decorrentes da execução das atividades previstas no presente Acordo serão acordadas caso a caso por ambas as Partes Contratantes.
2. O presente Acordo entra em vigor na data do recebimento, por via diplomática, da segunda comunicação na qual se informa o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a sua aprovação.

3. O presente Acordo poderá ser emendado por mútuo consentimento das Partes Contratantes mediante a troca de notas diplomáticas.

4. Qualquer uma das Partes Contratantes poderá dar por terminado o presente Acordo, mediante denúncia formalizada por nota diplomática, que surtirá efeitos 6 (seis) meses após a data do seu recebimento pela outra Parte.

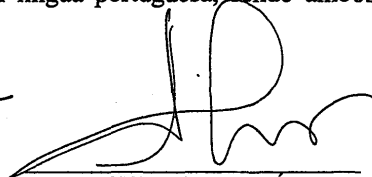
Em testemunho do que os abaixo-assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, assinaram o presente Acordo.

Firmado em Brasília, aos 31 dias do mês de agosto de 2004, em 2 (dois) exemplares originais, redigidos em língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente válidos e autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DE MOÇAMBIQUE

ALMERINDO DA CRUZ MANHENJE
Ministro para Assuntos de
Defesa e Segurança e Minis_
tro do Interior

[TRANSLATION – TRADUCTION]

COOPERATION AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF
THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE IN THE FIGHT AGAINST PRO-
DUCTION, CONSUMPTION AND ILLICIT TRAFFICKING OF NAR-
COTIC DRUGS AND PSYCHOTROPIC SUBSTANCES AS WELL AS
AGAINST THE ACTIVITIES OF MONEY LAUNDERING AND OTHER
RELATED FRAUDULENT ACTS

The Government of the Federative Republic of Brazil
and

The Republic of Mozambique (hereinafter referred to as the “Contracting Parties”,

Aware that the production, consumption and illicit trafficking of drugs poses a seri-
ous threat to the political, economic and social structures of their States, and to public
health and tranquillity,

Bearing in mind the role played by the improper use of drugs as one of the main
sources of finance for organised crime,

Recognising the importance of international cooperation in the combating the im-
proper use and illicit trafficking of narcotic drugs and psychotropic substances that cause
physical or psychological dependency,

Considering the determination of the Contracting Parties to combat drug trafficking
and related crimes, including the “laundering” or concealment of property, securities or
monies obtained from crime, and to deny criminal organisations and individuals access to
national financial systems,

In the spirit of the United Nations Conventions on combating drugs, specifically the
Single Convention on Narcotic Drugs of 1961, and its Additional Protocol of 1972, the
Convention on Psychotropic Substances of 1971 and the Convention Against Illicit Traf-
fic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances of 1988, together with international
legal instruments on the subject,

Inspired by the decisions and recommendations issued by the Special Session of the
United Nations General Assembly on the world drug problem held in 1998, particularly
the principles agreed upon during the session, including that of shared responsibility
among all countries in seeking solutions to the problem of illicit drugs,

Have agreed as follows:

Article 1. Purposes and definition

1. Without prejudice to the laws and regulations prevailing in the respective coun-
tries, and the rights and obligations arising from the bilateral and multilateral conventions
signed by the Contracting Parties, or those to which they have affiliated, the Contracting

Parties will intensify cooperation both in combating the production, trafficking, and improper use of psychotropic substances or illicit drugs that cause physical or psychological dependency, and in combating international activities of money laundering and similar financial transactions.

2. The terms “entorpecentes” and “estupefacientes” are used to refer to psychotropic substances.

3. The terms “lavagem de ativos” and “branqueamento de capitais” are used to refer to money laundering.

Article 2. Principles

The Contracting Parties will fulfil the obligations of this Agreement, respecting the principles of non-intervention in domestic affairs, equality under the law, and respect for the territorial integrity of the States.

Article 3. Scope of cooperation

1. Assistance may take any form not prohibited by the laws of the requested State, including the taking of statements, provision of documents, confiscation of property, and the location or identification of natural or legal persons or property.

2. The transfer of persons under custody for criminal proceedings under the implementation of this Agreement shall be based on specific agreements on the subject.

3. To achieve the objectives outlined in Article 1 of this Agreement, the authorities designated by the Contracting Parties shall participate in the following activities:

(a) Exchange of intelligence on the identification of sites of cultivation and processing of drugs; regulation and monitoring of the production, importation, exportation, storage, distribution and sale of precursors, chemical products and essential solvents that could be used in the illicit production of drugs;

(b) Exchange of police and judicial information on products and illicit drugs traffickers;

(c) Exchange of information on new routes, methods and means used by drugs traffickers, organisations and individuals involved in drugs trafficking and related crimes;

(d) Exchange of information on the judicial sentences imposed against drugs traffickers, organisations and individuals involved in drugs trafficking and related crimes;

(e) Supply of the criminal records of drugs traffickers and organisations of individuals involved in drugs trafficking and related crimes, in response to a request by one of the Contracting Parties;

(f) Exchange of information on the respective laws, programs and experiences in the fight against drugs;

(g) Preparation of joint projects, particularly in the areas of scientific research and technological exchange, with a view to combating, in a coordinated manner, the illicit trafficking and abuse of unlawful substances or drugs that cause physical or psychological

dependency, or the diversion and use of chemical precursors, and to promote the treatment, recovery, and social reintegration of drugs users and addicts;

(h) Cooperation in implementing policies and measures that reduce the demand for drugs, through activities of prevention, treatment, recovery and social reintegration of drugs users and addicts;

(i) Cooperation in preparing and implementing suitable public education programmes that aim to raise public awareness of the shared responsibility of all segments of government and civil society, at all levels, in efforts to combat drugs abuse.

Article 4. Exchange of specialists

1. For the purposes of achieving the objectives of this Agreement, either of the Contracting Parties may propose the exchange of specialists and interns for the purpose of mutual learning and to increase capacity to combat financial crimes, the production and illicit trafficking of drugs that cause physical or psychological dependency, or the diversion or illicit use of chemical precursors.

2. The Contracting Parties may hold joint lectures or conferences with a view to intensifying cooperation and the exchange of experiences and ideas.

3. The Contracting Parties may cooperate in any other way, as they deem appropriate.

Article 5. Mutual judicial cooperation

The Contracting Parties will provide mutual judicial cooperation on criminal matters pursuant to the respective domestic legislation and in accordance with the international legal instruments of which they are parties.

Article 6. Confiscation of property

1. The Contracting Parties may adopt any measures needed to identify, freeze or confiscate property arising from drugs trafficking and related crimes, including money laundering and other similar financial crimes.

2. The destination of the property referred to in paragraph 1 of this Article shall be decided pursuant to the legislation of the confiscating country.

Article 7. Confidentiality

Neither of the Contracting Parties may transfer to third parties any information, data, documents or technical media received under this Agreement, without the prior written consent of the Contracting Party that provided them.

Article 8. Monitoring of the Agreement

With a view to achieving the objectives of this Agreement, the representatives of the two Contracting Parties shall meet at least once a year, alternately in the territory of each of the Parties, upon request, through the diplomatic channel, to:

- (a) Recommend to the Governments joint programmes of action to be prepared by the competent agencies in each country pursuant to this Agreement;
- (b) Evaluate the fulfilment of the aforementioned programmes of action;
- (c) Establish efficient communication channels between the competent agencies in the two countries responsible for combating the production, trafficking and improper use of illicit drugs that cause physical or psychological dependency;
- (d) Make any recommendations they deem relevant to improve the application of this Agreement.

Article 9. Competent authorities

The Contracting Parties appoint their respective Ministers of Foreign Affairs to coordinate the activities envisaged in this Agreement, which will be executed by the governmental agencies of the two countries.

Article 10. Dispute settlement

Any disputes arising from the interpretation and application of this Agreement shall be resolved amicably or through negotiations.

Article 11. Final provisions

1. Expenses arising from the execution of activities envisaged under this Agreement will be agreed upon on a case-by-case basis, by the two Contracting Parties.

2. This Agreement enters into force on the date of reception, through the diplomatic channel, of the second notification of fulfilment of the domestic legal requirements necessary for its approval.

3. This Agreement may be amended by mutual accord between the Contracting Parties, through the exchange of diplomatic notes.

4. Either of the Contracting Parties may terminate this Agreement by formally denouncing it through a diplomatic note, to take effect six (6) months after the date of its receipt by the other Party.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, duly authorised by their respective Governments, have signed this Agreement.

DONE in Brasilia, on 31 August 2004, in two (2) original copies in the Portuguese language, both texts being equally valid and authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM
Minister of State of Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Mozambique:

ALMERINDO DA CRUZ MANHENJE
Minister for Defence and Security Affairs and Minister of the Interior

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU MOZAMBIQUE DANS LA LUTTE CONTRE LA PRODUCTION, LA CONSOMMATION ET LE TRAFIC ILLICITES DES STUPÉFIANTS ET DES SUBSTANCES PSYCHOTROPES AINSI QUE CONTRE LES ACTIVITÉS DE BLANCHIMENT DE L'ARGENT ET AUTRES CRIMES CONNEXES

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

et

Le Gouvernement de la République du Mozambique (ci-après dénommés les « Parties contractantes »),

Conscients du fait que la production, la consommation et le trafic illicites de drogues constituent une sérieuse menace pour les structures politiques, économiques et sociales des États, ainsi que pour la santé et la tranquillité des populations,

Compte tenu du rôle que joue l'abus de drogues en constituant l'une des principales sources de financement du crime organisé,

Reconnaissant l'importance de la coopération internationale pour la lutte contre l'abus et le trafic illicite des stupéfiants et des substances psychotropes causant une dépendance physique ou psychique,

Considérant la détermination des Parties contractantes à réprimer le trafic de drogues et les délits connexes, notamment le blanchiment ou la dissimulation de biens, de droits ou de valeurs provenant du crime, et à priver les organisations et individus criminels de l'accès aux systèmes financiers nationaux,

Dans l'esprit des Conventions des Nations Unies relatives à la lutte contre les drogues, notamment la Convention unique sur les stupéfiants de 1961 et son Protocole additionnel de 1972, la Convention sur les substances psychotropes de 1971 et la Convention contre le trafic illicite de stupéfiants et de substances psychotropes de 1988, ainsi que d'autres instruments juridiques internationaux sur ce thème,

Inspirés par les décisions et recommandations énoncées par l'Assemblée générale des Nations Unies lors de sa session extraordinaire consacrée au problème des drogues en 1998, en particulier par les principes convenus lors de ladite session, parmi lesquels celui de la responsabilité partagée entre tous les pays dans la recherche de solutions au problème des drogues illicites,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier. Objectifs et définitions

1. Sans préjudice des lois et règlements en vigueur dans leurs pays respectifs, ni de leurs droits et devoirs découlant des conventions bilatérales et multilatérales signées par les Parties contractantes, ou auxquelles elles ont adhéré, les Parties contractantes se proposent d'intensifier leur coopération tant pour lutter contre la production, le trafic et l'abus de substances psychotropes ou de drogues illicites causant une dépendance physique ou psychique, que pour lutter contre les activités internationales de blanchiment d'argent et autres transactions financières similaires.

2. Les termes « entorpecentes » et « estupefacientes » s'entendent des stupéfiants.

3. Les termes « lavagem de ativos » et « branqueamento de capitais » s'entendent du blanchiment de capitaux.

Article 2. Principes

Les Parties contractantes doivent satisfaire aux obligations du présent Accord, en respectant les principes de non-ingérence dans les affaires intérieures, d'égalité juridique et de respect de l'intégrité territoriale des États.

Article 3. Domaine de coopération

1. L'assistance doit prendre toutes les formes non interdites par les lois de l'État requis, notamment l'enregistrement de dépositions, la communication de documents, l'appréhension de biens, la localisation ou l'identification de personnes physiques ou morales ou de biens.

2. La remise de personnes détenues aux fins de poursuites pénales dans le cadre de l'application du présent Accord se fait sur la base d'accords portant spécifiquement sur ce thème.

3. En vue d'atteindre les objectifs visés à l'article premier du présent Accord, les autorités désignées par les Parties contractantes prendront part aux activités suivantes :

a) Échange de renseignements sur l'identification de sites de culture et de transformation de drogues; réglementation et contrôle de la production, de l'importation, de l'exportation, du stockage, de la distribution et de la vente de précurseurs, produits chimiques et principaux solvants pouvant être utilisés dans la production illicite de drogues;

b) Échange d'informations policières et judiciaires sur des produits et des trafiquants de drogues illicites;

c) Échange d'informations sur de nouveaux itinéraires, nouvelles méthodes et nouveaux moyens utilisés par les trafiquants de drogues, organisations et individus impliqués dans le trafic de drogues et autres délits connexes;

d) Échange d'informations sur les décisions de justice rendues à l'encontre de trafiquants de drogues, organisations et individus impliqués dans le trafic de drogues et autres délits connexes;

e) Communication, sur demande d'une Partie contractante, des antécédents judiciaires de trafiquants de drogues et organisations d'individus impliqués dans le trafic de drogues et autres délits connexes;

f) Échange d'informations sur leurs législations, programmes et expériences respectifs en matière de lutte contre la drogue;

g) Élaboration de projets conjoints, en particulier dans des domaines comme la recherche scientifique et les échanges technologiques en vue de lutter de manière coordonnée contre le trafic illicite et l'abus de substances ou de drogues illicites causant une dépendance physique ou psychique, le détournement de précurseurs chimiques, la prise en charge, les soins et la réinsertion sociale des consommateurs de drogues et des toxicomanes;

h) Coopération dans la mise en œuvre de politiques et de mesures visant à réduire la demande de drogues au moyen d'activités de prévention, de prise en charge, de soins et de réinsertion sociale des consommateurs de drogues et des toxicomanes;

i) Coopération dans l'élaboration et la mise en œuvre de programmes éducatifs publics adaptés visant à accroître la prise de conscience d'une responsabilité partagée par tous les secteurs du gouvernement et de la société civile, à tous les niveaux, pour ce qui concerne les efforts à accomplir en vue de lutter contre l'abus de drogues.

Article 4. Échange de spécialistes

1. En vue d'atteindre les objectifs du présent Accord, chacune des Parties contractantes peut proposer l'échange de spécialistes et de stagiaires dans le but de permettre un apprentissage mutuel et d'accroître la capacité à lutter contre les crimes financiers, la production et le trafic illicites de drogues causant une dépendance physique ou psychique, ainsi que le détournement et l'utilisation illicites de précurseurs chimiques.

2. Les Parties contractantes peuvent encourager la tenue de rencontres ou de conférences conjointes visant à intensifier leur coopération et l'échange d'expériences et d'idées.

3. Les Parties contractantes peuvent choisir d'adopter d'autres modes de coopération selon ce qu'elles jugeront approprié.

Article 5. Coopération juridique

Les Parties contractantes s'engagent à coopérer au plan juridique en matière pénale, conformément à leurs législations nationales respectives et aux instruments juridiques internationaux auxquels elles sont parties.

Article 6. Confiscation de biens

1. Les Parties contractantes peuvent adopter les mesures nécessaires pour identifier, geler ou confisquer des avoirs provenant du trafic de drogues et de délits connexes comme le blanchiment d'argent et autres crimes financiers similaires.

2. La destination des biens visés au paragraphe 1 du présent article est déterminée aux termes de la législation du pays dans lequel ils sont appréhendés.

Article 7. Confidentialité

Aucune des Parties contractantes ne peut transmettre à des tiers des informations, des données, des documents ou des moyens techniques reçus en vertu du présent Accord sans l'assentiment préalable, signifié par écrit, de la Partie contractante les ayant fournis.

Article 8. Suivi de l'Accord

En vue d'atteindre les objectifs du présent Accord, les représentants des deux Parties contractantes devront se réunir au moins une fois par an, alternativement sur le territoire de chacune des Parties, à leur demande, par voie diplomatique, pour :

a) Recommander aux Gouvernements la mise en œuvre de programmes d'action conjointe devant être élaborés par les organes compétents de chaque pays conformément au présent Accord;

b) Évaluer le niveau de réalisation desdits programmes d'action;

c) Établir des canaux de communication efficaces entre les organes compétents de chacun des pays en charge de la lutte contre la production, le trafic et l'abus de drogues illicites causant une dépendance physique ou psychique;

d) Faire les recommandations qu'ils jugeront pertinentes pour une meilleure application du présent Accord.

Article 9. Autorités compétentes

Les Parties contractantes désignent leurs ministres des affaires étrangères respectifs pour coordonner les activités prévues dans le présent Accord, lesquelles devront être réalisées par les organes gouvernementaux de chacun des deux pays.

Article 10. Règlement des différends

Les différends relatifs à l'interprétation et à l'application du présent Accord sont résolus à l'amiable ou par voie de négociation.

Article 11. Dispositions finales

1. Les dépenses courantes liées à la réalisation des activités prévues dans le présent Accord font l'objet d'une entente au cas par cas entre les deux Parties contractantes.

2. Le présent Accord entre en vigueur à la date de réception de la deuxième note diplomatique par laquelle les Parties contractantes se communiquent l'accomplissement des formalités nécessaires à son approbation requises par leur législation interne.

3. Le présent Accord peut être modifié par voie d'accord entre les Parties, par échange de notes diplomatiques.

4. Chaque Partie contractante peut mettre fin au présent Accord au moyen d'une dénonciation écrite et transmise par voie diplomatique. Ladite dénonciation prend effet six (6) mois après la date de sa réception par l'autre Partie contractante.

EN FOI DE QUOI, les soussignés, à ce dûment habilités par leurs Gouvernements respectifs, signent le présent Accord.

FAIT à Brasilia, le 31 août 2004, en deux (2) exemplaires originaux, rédigés en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM

Ministre d'État des affaires étrangères

Pour le Gouvernement de la République du Mozambique :

ALMERINDO DA CRUZ MANHENJE

Ministre en charge des affaires de défense et de sécurité et Ministre de l'intérieur